

Município de Bombarral - Candida Almeida

De: Município de Bombarral Nuno Ferreira [presidencia@cm-bombarral.pt]

Enviado: sexta-feira, 21 de julho de 2017 08:26

Para: Márcia Carvalho; Município de Bombarral - SAP - Candida Almeida

Assunto: minuta

0691.-- VI ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA: Foi deliberado por unanimidade e em minuta mandar abrir um período de Discussão Pública, pelo prazo de 15 dias conforme o n.º 2 do artigo 12.º do DL 165/2014, de 05.11, e nos termos do artigo 89.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), antes do envio à Assembleia Municipal para aprovação.



Câmara Municipal do Bombarral

DIVISÃO DE OBRAS E PLANEAMENTO URBANÍSTICO

SETOR DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Despacho

*Próxima reunião da Câmara.
2017.07.13 C.M.B.*

INFORMAÇÃO N.º

07/DOPU/SPGU/PU/17

ASSUNTO:

VI Alteração ao Plano Director Municipal – Deliberação de Abertura do Período de Discussão Pública

Introdução/Contextualização

Em 15/02/2017 foi deliberado em reunião pública de câmara o desencadeamento da VI Alteração ao Plano Director Municipal do Bombarral (PDMB) para enquadramento legal no âmbito dos planos de ordenamento do território e posteriormente do licenciamento nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) (licenciamento das edificações e utilizações) dos pedidos de regularização de atividades e instalações ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de novembro, que estabelece o Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), com as alterações introduzidas pela Lei 21/2016, de 19 de julho, alteração esta que viabilizou inequivocamente as atividades ligadas à agricultura, tendo também prorrogado o prazo para a apresentação dos pedidos.

Esta deliberação foi publicada em Diário da República (DR) de 16 de maio, abrindo um período obrigatório de participação pública com prazo mínimo de 15 dias, o qual terminou sem qualquer formulação.



Câmara Municipal do Bombarral

Um dos elementos instrutórios destes pedidos de regularização, que podem prever ampliações futuras se efetivamente previstas, é a declaração de interesse público municipal por parte de Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal.

Com a devida instrução dos pedidos, as entidades com tutela sobre os instrumentos de gestão territorial (IGTs) ou/e servidões/restrições de utilidade pública (ex: PDM, Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), Domínio Público Hídrico (DPH), estradas nacionais, outras), em sede de Conferência Decisória (CD), deliberam sobre a pretensão (Parecer favorável, favorável com condições ou desfavorável).

No quadro anexo encontra-se uma listagem dos pedidos entrados na câmara municipal (CM) enquanto entidade coordenadora ou como entidade consultada, os pedidos de declaração de interesse público municipal assim como o ponto de situação de cada um deles à presente data.

Em 13/07/2017, apenas dois processos se encontram com as condições todas reunidas para serem previstas na alteração do PDMB, uma vez que as restantes aguardam ainda pareceres, entrega de elementos solicitados ou declarações de interesse público (DIP) de utilização não agrícola de solos integrados na RAN, ao abrigo do art. 25º do seu regime jurídico (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro-RJRN), de competência ministerial.

Decorrem igualmente processos cuja entidade coordenadora não é a Câmara Municipal, e cuja conclusão do pedido ainda não nos foi comunicado.

Conteúdo

Dado o tempo que decorreu desde o final do período de participação pública sem que os condicionalismos impostos tenham sido sanados, os serviços municipais procederam a uma alteração do PDMB que prevê apenas os dois casos seguintes:

António Aurélio dos Santos e Filhos, Lda

Primofrutas-Sociedade Hortofrutícola, Lda.

Encontram-se, estes, nas seguintes situações:

- **Processo de António Aurélio dos Santos e Filhos, Lda** (processo n.º 4/15/22 da Câmara Municipal do Bombarral) – Trata-se apenas de alteração regulamentar de Espaço de Vocação Florestal e Espaço Agrícola de categoria Agro-Florestal.



Câmara Municipal do Bombarral

- **Processo de Primofrutas-Sociedade Hortofrutícola, Lda** (processo n.º 3/15/22 da Câmara Municipal do Bombarral) – Na Ata da Conferência Decisória deste processo, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) refere, por um lado, que a ocupação de RAN deve ser sujeita a declaração de interesse público de utilização não agrícola de solos integrados na RAN, ao abrigo do art. 25.º do seu regime jurídico, de competência ministerial, enquanto que, de seguida, refere que a área ocupada deve ser desafetada da RAN. Aquela Declaração de Interesse Público foi publicada em Diário da República em 27/02/2017, através do Despacho n.º 1785/2017.

Esta dupla exigência só ocorreu, até à presente data, neste processo, sendo nos restantes processos que abrangem RAN, exigida apenas a referida Declaração de Interesse Público do artigo 25.º do RJRAN), sem qualquer desafetação da RAN.

Excerto da Ata da Conferência Decisória, cujo documento integral consta em anexo à proposta de Alteração ao PDM (anexo V):

“.....

Por parte dos representantes da Câmara Municipal foi dito que esta entidade emite parecer favorável sem condicionantes.

Por parte do representante da DRAPLVT foi dito que esta entidade emite parecer favorável condicionado à obtenção, pelo requerente, do reconhecimento de interesse público pela tutela, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, para efeitos exclusivos da utilização dos solos da RAN.

Foi ainda mencionado pelo representante da DRAPLVT a necessidade de, em sede de alteração/revisão do IGT (PDM ou outro PMOT), ser proposta a exclusão da RAN da área afeta às instalações do estabelecimento em causa, a qual incluirá necessariamente o parque de estacionamento.

Por parte da representante da CCDRVT e ouvidos os esclarecimentos da Câmara”

Atendendo a esta situação particular a este processo, relativamente à situação da RAN, e também tendo em conta o conteúdo da Declaração parece ser uma situação redundante, em termos de imediato. Por essa razão, proponho que seja introduzida a alteração referente a este estabelecimento, conforme consta na proposta de alteração que acompanha a presente informação, designadamente na carta de ordenamento e na carta de condicionantes, concretizando-se posteriormente a desafetação, em sede da revisão do PDM, cujo processo apenas aguarda homologação da cartografia e cuja elaboração foi já adjudicada a equipa externa, colocando-se à consideração superior um eventual esclarecimento à DRAP ou assumir-se como suficiente a DIP ministerial.

NOTA: (Revisão do PDM:

Em 18/01/2017 foi deliberado em reunião pública de câmara o retomar do procedimento de Revisão do PDM em vigor. Deliberou igualmente abrir novo período de participação pública pelo prazo de 15 dias. Também foi deliberada a constituição da Comissão Consultiva, sendo a câmara representada pelo Sr Presidente da Câmara e enviar à Assembleia Municipal para nomeação de seu representante.



Câmara Municipal do Bombarral

Foi adjudicada à empresa Síntese-Consultoria em Planeamento, Lda a elaboração da revisão do PDM.

Aguarda-se a homologação da cartografia à escala 1/10 000 pela DGT (Direção Geral do Território) para prosseguimento dos trabalhos.)

Procedimentos seguintes

De forma a não atrasar estes dois casos, para os restantes pedidos, terá que ser desencadeado novo processo de alteração do PDM, da REN e da RAN, se tal for o entendimento superior ou, findo o prazo para a emissão do título definitivo das explorações, determinar a Suspensão Parcial com o estabelecimento de Medidas Preventivas.

- as alterações ao PDM implicam deliberações em reuniões públicas de câmara, publicitações e publicações em Diário da República, site da câmara e na comunicação social.
- A tramitação de alteração da REN e da RAN segue os tramites normais enquanto que, uma alteração ao PDM pode, conforme os casos (parece ser o caso do Bombarral) ser mais célere por não incluir a AAE (avaliação ambiental estratégica) nem a fase de acompanhamento pela CCDR.
- O n.º 5 do artigo 12.º do DL 165/2014, de 05.11 também prevê que caso a alteração, revisão ou a elaboração do novo plano não seja aprovada até à emissão de título definitivo, pode ser determinada a suspensão do IGT vinculativo dos particulares (PDM) e decretadas medidas preventivas nos termos do RJIGT.
- Anexa-se à presente informação um quadro sobre o ponto de situação de todos os pedidos que deram entrada na câmara municipal.

Face ao exposto:

Neste contexto, e embora o n.º 3 do artigo 12º do DL 165/2014 estipule que a alteração de IGTs “deve, sempre que possível, contemplar todos os pedidos relativos ao mesmo concelho ou concelhos abrangidos.”, coloca-se à consideração superior que:

A proposta de VI Alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral seja presente a reunião pública da Câmara Municipal do Bombarral para, em caso de concordância, deliberar mandar abrir um período de Discussão Pública, pelo prazo de 15 dias conforme o n.º 2 do artigo 12.º do DL 165/2014,



Câmara Municipal do Bombarral

de 05.11, e nos termos do artigo 89.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), antes do envio à Assembleia Municipal para aprovação.

Proposta

Esta VI Alteração ao PDM do Bombarral consta:

- Na criação de mais um artigo, com o n.º 75.º, no Regulamento do plano, que se reporta exclusivamente às regularizações, com o sem ampliações futuras, das instalações ou explorações, ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de novembro com as alterações introduzidas pela Lei 21/2016, de 19 de julho, cuja redação proposta é:

“Artigo 75.º

**Regularização de estabelecimentos e explorações ao abrigo do D.L n.º
165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07**

1 – Os estabelecimentos e explorações que foram sujeitos a parecer favorável ou favorável condicionado por parte das entidades que se pronunciaram em sede de Conferência Decisória, no âmbito do D.L n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07, identificados na Carta de Ordenamento e na Carta de Condicionantes, devem ser licenciados nos termos e nas condições exatos exarados nas atas das conferências decisórias respetivas, assim como dos pareceres, documentos complementares e peças escritas e desenhadas finais que instruíram os pedidos, sem prejuízo dos pareceres, licenças, e autorizações que sejam necessários nos termos dos regimes legais setoriais aplicáveis.

2 – Para cada estabelecimento ou exploração a regularizar nos termos do número anterior consta em anexo ao presente regulamento, listagem dos documentos fundamentais que condicionam o seu licenciamento.”

- Na introdução de mais dois anexos, um por cada pedido, com as respetivas Atas das Conferências Decisórias, condições estabelecidas, pareceres das entidades, número do processo da entidade coordenadora, Declaração de Interesse Público Municipal, Despacho n.º 1785/2017 com Declaração de Interesse Público (DIP) de utilização não agrícola de solos integrados na RAN, ao abrigo do artigo 25º do seu regime jurídico (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro-RJLAN), publicado em Diário da República em 27/02/2017, referente ao estabelecimento Primofrutas.
- Alteração da Carta de Ordenamento com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda.
- Alteração da Carta de Condicionantes com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda.



Câmara Municipal do Bombarral

À consideração Superior

Bombarral, 13 de Julho de 2017

Em funções de coordenação do SPGU

(Márcia Monteiro de Carvalho, arquitecta)